



**Sindicato Nacional dos
Auditores Fiscais do Trabalho**

SCN Quadra 01, Bloco C n° 85 Ed. Brasília Trade Center Salas: 401/408 - CEP 70.711-902 - Brasília-DF - Tel.: (61) 3328-0875
www.sinaif.org.br

Histórico de denúncias do Sinaif à Organização Internacional do Trabalho – OIT

Em 2012, o Sinaif alertou a Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre a falta de Auditores-Fiscais do Trabalho, com o envio da Nota Técnica n° 4, de 2012, publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que constatou a necessidade de, pelo menos, mais 5.800 Auditores-Fiscais do Trabalho - AFT para dar conta das demandas do país. O IPEA constatou a queda do número de fiscais em relação ao aumento de trabalhadores que precisam de proteção. O estudo é resultado de uma parceria feita do IPEA com o Sinaif.

Em 21 de março de 2014, o Sinaif denunciou pela primeira vez o governo brasileiro à OIT pelo número insuficiente de Auditores-Fiscais do Trabalho. A denúncia também foi encaminhada para Genebra, na Suíça, onde está a sede da Organização.

Tanto o alerta como a denúncia revelaram o descumprimento da Convenção 81 da OIT, ratificada pelo Brasil, especialmente do artigo 10, que estabelece, aos países signatários, quantitativo suficiente de Auditores-Fiscais do Trabalho em relação ao número de estabelecimentos, de trabalhadores, além de observar também as exigências demandadas pela complexidade de suas legislações trabalhistas.

Atualmente, o Brasil conta com o quadro mais baixo de AFT dos últimos 20 anos, com aproximadamente 2.300 servidores. Também não há perspectiva de realização de um concurso público que preencha as mais de 1.300 vagas decorrentes, principalmente, das aposentadorias.

além de averiguar o cumprimento das Normas de Segurança e Saúde, os Auditores-Fiscais atuam em muitas outras áreas, como por exemplo, no combate ao trabalho escravo e infantil; na promoção do trabalho decente; na inserção de pessoas com deficiência e de adolescentes e jovens no mercado de trabalho; também fiscalizam: a ocorrência de jornadas excessivas, o recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, cujos depósitos são utilizados para promover a construção de moradias para pessoas de baixa renda e também para financiar as obras de infraestrutura das cidades, como redes de água e esgoto.

Em 31 de outubro do mesmo ano, 2014, o Sinaif ratificou a denúncia da falta de Auditores e protocolizou uma nova diante das poucas providências tomadas pelo Ministério do Trabalho - MTb a respeito das condições laborais dos seus servidores e da falta de infraestrutura de suas unidades.

Na denúncia, o Sinaif apresentou o diagnóstico com as informações sobre as péssimas condições dos prédios das unidades do Ministério do Trabalho nos Estados a partir de levantamento das Delegacias Sindicais.

Em julho de 2017 o Sinaif denunciou o corte de 70% das verbas da fiscalização, que prejudicou principalmente o combate ao trabalho escravo e trabalho infantil.

Depois desta denuncia, a OIT informou que o assunto seria levado para apreciação do Comitê de Peritos sobre Aplicação de Convenções e Recomendações – CEACR, em reunião que deveria se realizar entre os meses de novembro e dezembro. Além disso, a Organização informou que também seria levado, ao comitê, o posicionamento do Brasil. Até o momento a OIT não se manifestou quanto a decisão do Comitê.

Carlos Fernando da Silva Filho
Presidente